PAUTA
Reunião
de CREP
25/9/2026

SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO
DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Reunião do Conselho de Representantes
CREP do SINESP - 25/9/2026

SINESP

Conecte-se ao SINESP: www.sinesp.org.br

sinespsp (11) 3116-8400

A. Conjuntura nacional e desafios da categoria

Eleições 2026: defender a soberania, a democracia e os direitos dos trabalhadores

O mundo vive uma situação de agudização dos conflitos e das disputas geopolíticas, tendo como pano de fundo o crescimento global da influência da China e a resistência, cada vez mais impositiva e violenta, dos Estados Unidos para manter sua posição hegemônica.

É nesse contexto amplo que devem ser compreendidas as iniciativas do governo Trump de criar tarifas contra produtos de diversos países, a guerra contra o Irã e as crescentes pressões econômicas, políticas e até mesmo militares contra os países da América Latina, continente que os Estados Unidos designam pejorativamente como seu "quintal".

O Brasil chega às vésperas das eleições gerais imerso nesse cenário de tensões. Para o SINESP, não é demasiado afirmar que essa disputa eleitoral é definidora dos destinos da nação. Uma eventual vitória do candidato da extrema-direita significaria a completa submissão do país aos interesses políticos e econômicos estadunidenses.

Além disso, representaria um terrível retrocesso social, visto que o candidato já se comprometeu com o desmonte do Estado e dos serviços públicos, privatizações, entrega de recursos energéticos e terras raras, profundo corte nos investimentos públicos e a adoção da trágica cartilha econômica do argentino Javier Milei.

Por outro lado, as forças políticas democráticas e progressistas, representadas pela candidatura do campo progressista, apresentam-se como o polo avançado de luta por soberania, democracia, desenvolvimento econômico, direitos para os trabalhadores e dignidade para a população mais pobre.

As propostas apresentadas dialogam com a classe trabalhadora ao colocar o fim da escala 6x1, a continuidade da política de aumento real do salário mínimo e das aposentadorias e o corte dos impostos em itens da cesta básica como prioridades de um próximo governo. Da mesma forma, isentar de Imposto de Renda quem ganha até R$ 5 mil, taxar grandes fortunas e reajustar o valor do Bolsa Família mostram compromisso com a ampla maioria do povo.

Mesmo enredada em inúmeros casos de corrupção, inclusive flagrada recebendo dinheiro sujo de Daniel Vorcaro, a extrema-direita segue competitiva. A resiliência, o conturbado cenário político nacional e a instrumentalização da crise do STF pela extrema-direita e pela grande mídia tornaram a disputa eleitoral acirrada e imprevisível.

Portanto, nesta reta final, o sentido é de urgência: é hora de desmascarar o caráter entreguista e lesa-pátria dos candidatos da extrema-direita, mostrando os prejuízos irreversíveis aos servidores públicos, aos direitos dos trabalhadores e do povo que ela representa.

Para garantir a manutenção da democracia, defender a soberania nacional e avançar no sentido de conquistas para os trabalhadores e para a maioria do povo, é necessária mobilização total nesta eleição.

Por um Congresso Nacional comprometido com o povo!

É fundamental conquistar a eleição de uma bancada efetivamente comprometida com o avanço da pauta de direitos no Congresso Nacional. Afinal, sem essa base de apoio no Parlamento, é inviável aprovar as propostas do plano de governo.

Nas últimas legislaturas, o número de cadeiras de representantes vinculados às pautas trabalhistas tem caído, e esse espaço tem sido ocupado por parlamentares inimigos dos servidores e da classe trabalhadora.

Esse quadro precisa ser revertido para impedir que pautas nefastas sejam aprovadas, como a reforma administrativa, que ameaça a estabilidade dos servidores e interfere até mesmo nas carreiras públicas de outros entes da Federação.

Por isso, é hora de eleger deputados e senadores verdadeiramente comprometidos com os servidores e com o povo! Nenhum voto em quem defende reforma administrativa, reforma da Previdência e cortes de investimentos públicos!

São Paulo: privatizações, retrocessos e desmonte dos serviços públicos

O governo do Estado de São Paulo encerra seus quatro anos deixando como legado privatizações desastrosas em áreas essenciais, corte de recursos e descaso com a Educação, enfraquecimento e desmonte dos serviços públicos, desrespeito aos servidores, multiplicação dos pedágios nas rodovias e aumento da violência.

A entrega da Sabesp, empresa lucrativa e com serviços de excelência, é emblemática do fracasso da sanha privatista. O resultado: aumento nas contas, problemas no abastecimento, acidentes que causaram mortes e feridos, além de tragédias ambientais. Não é diferente o caso da CPTM, que, após dias de caos nas linhas 11, 12 e 13, teve que reassumir temporariamente a operação dos trens e ainda indenizará a empresa concessionária.

Também é digno de nota o enfrentamento que o atual governo estadual fez contra as áreas da Educação e da Ciência. Além do privatista e autoritário projeto das escolas cívico-militares, promoveu um corte de R$ 10 bilhões ao ano nos recursos destinados à Educação com a aprovação da PEC 09, que reduziu de 30% para 25% os investimentos no setor. Além disso, recentemente, o governo estadual promoveu cortes em programas da Fapesp que ameaçam a continuidade do pagamento de bolsas de estudos e projetos de pesquisa.

O governador atua em sintonia com o prefeito Ricardo Nunes, que busca implantar na cidade políticas análogas, como a privatização de escolas municipais, a introdução de escolas cívico-militares e a perseguição a gestores, como no caso do afastamento ilegal de diretores e do corte de gratificação de profissionais afastados por questões de saúde.

A gestão Ricardo Nunes adota uma concepção mercantilista da Educação e vincula a remuneração de servidores a metas e indicadores de desempenho das unidades, o que ignora desigualdades estruturais inerentes à própria cidade e a seus diferentes territórios. Nesse sentido, o SINESP repudia e se posiciona contra o Decreto nº 65.474/2026, que introduz o novo modelo de Prêmio de Desempenho Educacional (PDE) baseado em critérios de competição que só aprofundam as iniquidades já existentes.

Esse consórcio político, liderado pelo governo do Estado de São Paulo e por Ricardo Nunes na capital, é sustentado por uma aliança entre a extrema-direita e os partidos de centro-direita vinculados ao Centrão. Na cena política estadual, possui apoio na maioria das prefeituras e conta ainda com a blindagem conivente da grande mídia aos seus desmandos.

Mas também há forte resistência a esse projeto na cidade de São Paulo e na região metropolitana, especialmente nas periferias desassistidas e vitimadas por suas políticas privatistas, elitistas e violentas contra os pobres. Da mesma forma, servidores públicos das diversas esferas mobilizam-se em oposição ao governo municipal.

É preciso mostrar à população que o desmonte dos serviços públicos prejudica justamente os mais pobres, que precisam deles diariamente.

B. 29º Congresso do SINESP, marco de mobilização e formação política

A reunião de conselheiros, realizada logo após um Congresso amplo, democrático e participativo, que mostrou a força da categoria, é também um momento de reafirmar a potência desse espaço de formação política, análise de conjuntura e organização sindical.

O 29º Congresso do SINESP registrou um crescimento de 30% em relação à edição de 2025 e alcançou a maior participação de sua história, com 1.200 filiados inscritos, numa importante demonstração de mobilização, unidade e capacidade de luta da categoria.

O painel político-sindical de abertura debateu os ataques privatistas à educação pública municipal, com ênfase na defesa do concurso público, da gestão democrática e do financiamento público, além de denunciar as terceirizações via Organizações Sociais e a crescente plataformização do trabalho docente.

Outras mesas do Congresso trataram de temas como geopolítica internacional, meritocracia e precarização do trabalho, a herança da gestão Erundina e de Paulo Freire na Secretaria

Municipal de Educação, financiamento e equidade racial no âmbito do FUNDEB, educação inclusiva, direitos de estudantes e educadores LGBTQIAPN+ e antirracismo.

No encerramento, a plenária final deliberou sobre 151 propostas de alteração às lutas da categoria, organizadas em quatro eixos temáticos: riqueza da diversidade, valorização do trabalhador, gestão educacional e repensando o currículo. O resultado consolida o Congresso como espaço estratégico de formulação política da categoria.

O ambiente democrático e de ampla participação destaca o SINESP como um sindicato plural e aberto às diferentes visões políticas presentes entre os servidores.

C. CEAIP: uma nova investida contra toda a gestão educacional

A minuta de Instrução Normativa que institui o Centro de Acompanhamento e Implementação Pedagógica, o CEAIP cria a figura do supervisor pedagógico, que atuaria dentro das unidades educacionais: semanalmente nas unidades classificadas como prioritárias em razão de seus índices de desenvolvimento educacional, e quinzenalmente nas demais.

Trata-se de uma descaracterização da função do supervisor escolar, que já possui a atribuição de acompanhamento pedagógico prevista no Decreto nº 59.660/2020, assim como das Divisões Pedagógicas das Diretorias Regionais de Educação, responsáveis pelas formações e pelo acompanhamento das aprendizagens.

A análise técnica da minuta mostra que as atribuições conferidas à nova função fazem parte da estrutura da rede, o que evidencia não a criação de algo novo, mas o esvaziamento progressivo do trabalho de supervisores concursados até torná-los dispensáveis, abrindo caminho para a vacância e a terceirização da função.

Os supervisores pedagógicos seriam designados por indicação do diretor regional, e não por concurso público, configurando a figura de um interventor em nova roupagem dentro das escolas.

Diante disso, o SINESP enviou ofício à SME rechaçando integralmente a proposta contida na minuta, por entender que ela constitui infração ao percurso legal da rede, e construiu um manifesto conjunto com os supervisores escolares em repúdio ao mecanismo.

O SINESP atua ao lado dos Supervisores e de toda a categoria, em diversas frentes, na luta contra mais esse ataque privatista do governo municipal à carreira não só dos gestores escolares, mas de todos os profissionais da Educação. A luta é de todos e precisamos estar juntos para defender nossos direitos e a Educação pública estatal.

D. Plataforma Elefante Letrado: SINESP prepara denúncia ao Ministério Público

O SINESP entrou com denúncia formal ao Ministério Público sobre a Plataforma Elefante Letrado, ferramenta adotada pela Prefeitura de São Paulo para as escolas da rede municipal e já utilizada na rede estadual.

A denúncia soma-se a outra já em curso no Ministério Público, que investiga o armazenamento de dados de crianças sem autorização, e envolve questões centrais como a gravação de vozes e imagens e o tratamento de dados de estudantes sem autorização explícita das famílias.

Embora anualmente as famílias assinem termo de uso de imagem, som e atividades das crianças para fins pedagógicos e de divulgação institucional, o uso da plataforma ultrapassa esse limite: trata-se de um serviço terceirizado, fora do domínio da própria Secretaria Municipal de Educação, o que levanta dúvidas sobre com que autorização os dados são coletados, por quanto tempo permanecem armazenados e como é garantida sua segurança, inclusive diante do risco de comercialização ilegal.

A adesão à plataforma ocorreu por meio do Programa Alfabetiza Juntos-SP, do governo estadual, formalizada em março de 2026 por termo de cessão não onerosa e temporária, válido por 60 meses, para o 1º e o 5º ano do Ensino

Fundamental.

Isso agrega o problema grave da plataforma seguir o currículo do Estado e não o Currículo da Cidade. Além disso, transforma a leitura em métrica com determinação de tempo de leitura, quantidade de livros, metas, pontuação e relatórios de desempenho, o que tende a distorcer a avaliação da capacidade leitora dos estudantes e sobrecarregar coordenadores pedagógicos, que passam a atuar também como gestores de dados.

O objetivo do SINESP é buscar a suspensão do uso da plataforma. A ação no MP é mais uma medida a ser complementada com a mobilização da categoria, uma vez que o uso dessa e outras plataformas envolve uma discussão ampla sobre a privatização da educação municipal.

E. SINESP cobra cumprimento do protocolo de negociação da campanha salarial

O SINESP acompanha o cumprimento dos compromissos assumidos pela PMSP com o Sindicato e com as entidades que integram a COEDUC. As cobranças atuais são feitas, principalmente, em relação às medidas previstas para este segundo semestre.

Entre os compromissos em acompanhamento direto estão as ações de climatização das unidades, as autorizações para abertura de concursos para PEI, ATE e Gestores Educacionais, as formações sobre TEA para gestores, docentes e profissionais do Quadro de Apoio, bem como a abertura das discussões da Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, com ênfase no atendimento aos estudantes com transtorno do espectro autista (TEA).

As discussões com a SME se dão, também, em torno das medidas para melhorar a infraestrutura das unidades e a modernização do Sistema de Gestão Pedagógica, cujo prazo acordado para conclusão é 16 de novembro de 2026.

Na área de Saúde Mental, o Grupo de Trabalho atua na consolidação das propostas de encaminhamento para prevenção e atendimento aos profissionais da educação.

F. Concurso de remoção 2026: a reorganização da rede vira insegurança para os profissionais da educação

O Concurso de Remoção 2026, publicado pela Secretaria Municipal de Educação, não pode ser tratado apenas como mais um procedimento administrativo.

Em 2026, a administração promoveu mudanças que impactaram as vagas apresentadas no concurso de remoção, com um número expressivo de profissionais excedentes: muitas EMEIS passarão a funcionar em período integral, com a consequente redução no módulo dos profissionais de educação, a IN 34/2026, que estabeleceu o módulo de docentes readaptados e a IN 25/2026, que alterou o módulo dos Auxiliares Técnicos de Educação.

Não se pode naturalizar que servidores concursados, que construíram sua trajetória profissional em determinada unidade ou região, sejam obrigados a reorganizar suas vidas porque a Administração alterou a organização das unidades e seus módulos, transformando profissionais efetivos em excedentes, em uma manobra para tentar resolver o problema de falta de profissionais.

Dessa forma, a remoção, que sempre foi uma conquista para assegurar a mobilidade do profissional, se transforma em mecanismo de deslocamento obrigatório para uns, enquanto é proibição para outros.

A SME insiste em negar o direito aos profissionais de educação em período probatório, a possibilidade de trabalhar mais perto de suas residências e esta negativa impacta diretamente na saúde física e emocional desses profissionais. Outra questão desconsiderada por SME foi a composição completa das vagas iniciais, aquelas decorrentes do módulo sem regência e CJ nas EMEFs e nas EMEIs.

Na minuta apresentada inicialmente pela SME havia a previsão de que diretores de escola e coordenadores pedagógicos que se removessem ficariam impedidos de participar dos concursos de remoção pelos dois anos seguintes. O SINESP se posicionou firmemente contra mais essa arbitrariedade e cobrou sua retirada, o que foi feito, impedindo mais essa injustiça contra os Gestores da Educação.

Não podemos olhar para essas medidas separadamente. A redução de módulos, o aumento do número de excedentes, as mudanças nas regras de remoção e as alterações na organização das unidades fazem parte

de um mesmo cenário. O que está em discussão é o modelo de organização da Rede Municipal de Ensino e o projeto privatista que está em curso. É, portanto, parte da luta que a categoria desenvolve e que precisa ser cada vez mais forte!

G. EMEFMs e EMEI Alice Feitosa: mobilização faz a SME recuar de ataques

Dois episódios recentes demonstram o resultado concreto da atuação conjunta entre sindicato e comunidade escolar.

O primeiro envolveu a ameaça de demolição da EMEI Dona Alice Feitosa para a construção de um Centro Educacional Unificado, decisão tomada de forma arbitrária pela Prefeitura, sem escuta prévia à comunidade escolar, que só tomou conhecimento da medida ao ver uma placa de obra instalada no terreno.

O segundo diz respeito à tentativa da SME de desmembrar o Ensino Fundamental I do Fundamental II e do Ensino Médio em unidades de EMEF que estão localizadas em regiões próximas a EMEFMs, projeto que envolvia três Diretorias Regionais de Educação e seis unidades escolares.

Em ambos os casos, a mobilização do SINESP junto da comunidade escolar, combinada com pressão direta sobre a SME, levou a Secretaria a recuar das medidas anunciadas.

No caso específico da EMEI Dona Alice Feitosa, o acompanhamento do processo indica uma mudança de plano da SME, que prevê a manutenção do prédio da escola e a instalação do um CEU em outro terreno.

O aspecto mais relevante desses episódios não é apenas o recuo da SME, mas a demonstração prática de que a articulação entre sindicato, comunidade escolar e apoio da população produz resultados concretos.

Isso reforça a convicção de que seguir na mobilização da categoria e buscar o envolvimento de outros setores é o caminho para combater os ataques privatista e fortalecer todas as lutas em defesa da Educação e seus profissionais.

H. Jornada do Ensino Fundamental: diálogo e alerta nos territórios

O Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino está hoje no centro de uma série de ataques articulados: o afastamento de diretores de escola sob a falaciosa e descontextualizada justificativa de baixos índices de desenvolvimento educacional, o anúncio da intenção de privatizar a gestão de três novas EMEFs em construção, e a minuta que institui o CEAIP, com a figura do supervisor pedagógico atuando como interventor dentro das unidades.

Diante desse cenário, o SINESP tem concentrado esforços na conscientização da categoria para a mobilização contra esse projeto de desmonte, que atinge gestores em todos os cargos que ocupam.

Como parte dessa estratégia, dirigentes sindicais do SINESP estiveram presentes em todos os territórios em que ocorreu a Jornada Pedagógica do Ensino Fundamental, conscientizando a categoria na luta em defesa da educação pública, estatal, gratuita, laica, democrática e de qualidade.

Essa presença nos territórios é essencial para fortalecer a identidade, a unidade e a força da categoria neste momento em que a defesa da escola pública se soma à defesa dos demais serviços públicos e dos mecanismos democráticos do país.

I. A importância da Frente em Defesa dos Serviços Públicos

O SINESP integra a Frente em Defesa da Educação, dos Serviços Públicos e Contra as Privatizações e Terceirizações, constituída em encontro realizado em 7 de agosto deste ano, que reuniu sindicatos, centrais sindicais, movimentos sociais e populares, entidades estudantis e outras organizações comprometidas com os direitos sociais. Em 28 de agosto, integrantes da Frente foram à Avenida Paulista denunciar os ataques contra a educação municipal e os demais serviços públicos, tanto na cidade quanto no estado

de São Paulo, além de mobilizar a população em defesa de seus direitos. A participação nessa Frente reflete um aprendizado reforçado pelo próprio Congresso do SINESP: a necessidade de diálogo e atuação conjunta com outras categorias e diferentes segmentos da classe trabalhadora. Trata-se de uma construção de luta coletiva em defesa do serviço público, entendido como direito da classe trabalhadora, num momento em que princípios democráticos e constitucionais estão sob ataque de grupos políticos dispostos a desmontar o Estado em nome da manutenção de privilégios.

J. Plano Municipal de Educação 27-37: momento decisivo de participação

O processo de construção do novo Plano Municipal de Educação, que definirá metas e diretrizes para o período de 2027 a 2037, teve início oficial em junho de 2026, com a publicação da Instrução Normativa nº 26 pela Secretaria Municipal de Educação. O cronograma se estende até março de 2027 e prevê encontros temáticos, plenárias regionais em todas as regiões da cidade e a Conferência Municipal de Educação, espaço de deliberação, que reunirá as contribuições das discussões regionais para definir diretrizes, metas e estratégias do novo plano.

O SINESP entende esse processo como estratégico, já que o PME não é um documento burocrático, mas uma política pública que orienta diretamente ações para a educação municipal nos próximos dez anos. Por isso, o sindicato convoca conselheiros e filiados, especialmente os profissionais da gestão educacional, a ocupar esses espaços de participação.

Entre as pautas defendidas estão: que os cargos de especialistas não sejam privatizados; que a formação continuada receba investimento real; que a gestão democrática não seja substituída por métricas e metas de mercado; a ampliação da rede pública direta em vez de mais unidades da rede parceira, de política de voucher e de convênios que repassam verbas públicas a entes privados, como no caso do Liceu Coração de Jesus; o provimento de cargos por concurso público; a garantia efetiva de um terço da jornada de trabalho destinado a planejamento e formação.

A participação da Gestão Educacional é imprenscidível nesse debate. Seus profissionais exercem funções insubstituíveis na gestão pedagógica, na coordenação curricular e no acompanhamento das aprendizagens e suas condições de trabalho impactam diretamente a qualidade da educação!

K. Relatos dos Conselheiros

Fique informado e participe das lutas!

Acompanhe o Site e as Redes sociais do SINESP

www.sinesp.org.br sinespsp (11) 3116-8400

Siga o Canal do SINESP

No WhasApp

RECEBA ATUALIZAÇÕES DIÁRIAS

O SINESP utiliza seu canal do WhatsApp para fazer os envios diários de informações à categoria: notícias, boletins, resumo diário do DOC, atualizações das lutas e ações, etc.

Siga o canal do sindicato no WhatsApp e clique no sininho para receber notificações sempre que o SINESP fizer qualquer atualização.

Veja como fazer para seguir o Canal do SINESP:

Use o link ou o QR Code ao lado para acessar o Canal do SINESP.

Clique em SEGUIR e marque o sininho para receber notificações das publicações do SINESP.

https://whatsapp.com/channel/0029VaDZ0tTEwEjvw9myzH1g